



05

Artigo recebido em: 10/04/2018
Artigo aprovado em: 07/05/2018
DOI 10.5380/2238-0701.2018n15p101-119

Disputa discursiva. Mídia. Gênero. Diversidade sexual. Educação.





A cobertura do jornal Gazeta do Povo nas questões de gênero e diversidade sexual nos planos de educação

La cobertura del diario de Gazeta do Povo de las cuestiones de género y diversidad sexual en los planes de educación

The coverage of the Gazeta do Povo newspaper on issues of gender and sexual diversity in education plans

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA ¹

JULIANA INEZ LUIZ DE SOUZA ²

DANIELA ROCHA DRUMMOND ³

Resumo: O olhar desta pesquisa valoriza as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística da Gazeta do Povo. Interessa analisar as controvérsias sobre gênero e diversidade sexual suscitadas no processo de elaboração, debate e aprovação dos planos de educação em vigência de 2010 a 2016. A pergunta central que guia a análise é: Como os enquadramentos no site do jornal conotam, ao mesmo tempo, o posicionamento das instituições e as disputas

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

3 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

discursivas a respeito das questões de gênero e diversidade sexual sobre os planos de educação? Nossa hipótese é de que a cobertura jornalística veiculada no site do jornal privilegia a visão contrária à inclusão das temáticas nos planos de educação. Para responder nossa hipótese fizemos a análise de enquadramento das produções do jornal no período de 2010 a 2016.

Palavras-chave: Disputa discursiva; mídia; gênero; diversidade sexual; educação.

Resumen: Esta investigación valora las disputas discursivas presentes en la cobertura periodística de la *Gazeta do Povo*. Interesa analizar las controversias sobre género y diversidad sexual suscitadas en el proceso de elaboración, debate y aprobación de los planes de educación en vigencia de 2010 a 2016. La pregunta central que guía el análisis es: ¿Cómo los encuadres en el sitio del periódico connota al mismo tiempo el posicionamiento de las instituciones y las disputas discursivas acerca de las cuestiones de género y diversidad sexual sobre los planes de educación? Nuestra hipótesis es que la cobertura periodística vehiculada en el sitio del periódico privilegia la visión contraria a la inclusión de las temáticas en los planes de educación. Para responder nuestra hipótesis hicimos el análisis de encuadramiento de las producciones del periódico de 2010 a 2016.

Palabras clave: Disputa discursiva; medios de comunicación; género; diversidad sexual; educación.

Abstract: This paper presents the results of the analysis on the discursive disputes on “*Gazeta do Povo*” websites. The analysis focused on the controversies between gender and sexual diversity raised during the journalistic coverage since 2010 to 2016 about the education plans. Strong relevance is given to those discursive disputes because they involve important social issues as the search for gender identities and the recognition of sexual diversities. Our study addresses the main research question: how does the media framing of the newspaper websites imply, at the same time, their position as institutions and the discursive disputes regarding gender and sexual diversity issues on the education plans? Our hypothesis indicates that the journalistic coverage on the newspaper’s websites privileged the opposing view to the inclusion of gender subjects in the educa-

tion plans. To answer our hypothesis we did the frame analysis of the newspaper productions since 2010 to 2016.

Keywords: *Discursive disputes; media; gender; sexual diversity; education.*

Introdução

Este trabalho tem como objeto de pesquisa as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística feita pelo jornal paranaense *Gazeta do Povo* sobre as questões de gênero e diversidade sexual, a partir dos planos de educação. A Educação foi escolhida como tema por ser uma das políticas de Estado que se relaciona e interfere na vida da população como um todo, seu planejamento está “inteiramente relacionado ao desenvolvimento da sociedade de toda e qualquer nação do mundo (...) [tendo] como uma das metas principais o desenvolvimento social, criando programas para diminuir os índices de pobreza, desigualdade e desemprego” (SILVA IB; SILVA EF, 2006, p. 21 e 22), na tentativa de minimizar e solucionar as exclusões sociais. Em específico, os planos de educação, por serem parte do planejamento do sistema educacional, estabelecendo as metas e recursos com os quais opera em suas respectivas instâncias (municípios, estados e União).

Os planos de educação, criados com o intuito de racionalizar a prática educativa, tiveram seu processo de elaboração, debate e aprovação, permeados por muitos conflitos entre a sociedade civil e a esfera política. Marcados, principalmente, pelo fato de que as contribuições construídas de forma democrática, com participação da sociedade nas conferências, não foram integralmente incluídas nos planos aprovados (HERMIDA, 2006; SILVA IB; SILVA EF, 2006; SAVIANI, 2010). Estes debates sobre as políticas de educação são disputas discursivas que permeiam todo o histórico dos planos, inclusive dos planos em vigência (Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Planos Estaduais e Municipais de Educação – PEEs e PMEs 2015-2015), em que as maiores polêmicas envolveram as questões de gênero e de diversidade sexual, a respeito de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas (LGBT), no ambiente escolar.

Este estudo pretende responder a pergunta: Como os enquadramentos no site da *Gazeta do Povo* conotam as disputas discursivas a respeito das questões de gênero e diversidade sexual sobre os planos de educação? Nosso intuito é olhar para as relações de poder presentes nas construções sociais narrativas e performáticas em disputa na sociedade e verificar como os enquadramentos as conotam, mostrando seus quadros e vieses mobilizados, suas tensões e nuances. Estas questões nos levaram a elaboração da nossa hipótese de que a cobertura jornalística veiculada no site da *Gazeta* expressa as disputas discursivas da esfera pú-

blica, de tensão entre a mobilização de discursos conservadores e novos enquadramentos, privilegiando a visão dos grupos contrários à inclusão dos temas de gênero e diversidade sexual nos planos de educação.

Temos como base da nossa hipótese o acirramento das disputas em torno das políticas públicas de educação entre diferentes setores da sociedade, que gerou exclusões – negando o reconhecimento de parcelas da sociedade e dos temas relacionados a elas – na grande maioria dos planos de educação. Este acirramento é percebido nos debates promovidos pela pressão e atuação de “grupos conservadores no legislativo, que se estendem a toda sociedade, tentando proibir (...) a discussão nas escolas sobre questões de gênero, sexualidade, religiosa e outras dinâmicas de opressão e discriminação, considerando-as ideológicas e contra as famílias e a ordem social” (SOARES; FRANGELLA, 2015, p. 572).

O objetivo geral é analisar os enquadramentos presentes na cobertura jornalística da Gazeta do Povo e verificar as disputas discursivas a respeito das questões de gênero e diversidade sexual sobre os planos de educação. Justificamos a escolha de analisar a cobertura jornalística do site deste periódico por ter a maior circulação⁴ no Paraná e ser a segunda em circulação digital do sul do Brasil (ANJ, 2016; CERVI, 2009).

Definimos como objetivos específicos: analisar os elementos das coberturas jornalísticas para verificar quais quadros e vieses foram mobilizadas pelos diferentes agentes e pelos próprios jornais; verificar como o enquadramento do periódico reflete e atua sobre as disputas discursivas, suas tensões e nuances. Para cumprir com estes objetivos, fizemos a busca pelas produções jornalísticas que traziam em seu conteúdo menção ao debate da inclusão dos temas de gênero e diversidade sexual nos planos de educação em vigência.

Estes dados foram processados utilizando os princípios da Análise de Conteúdo e Enquadramento. Nesta abordagem adotamos, para além da perspectiva textual da formatação das mensagens, uma perspectiva cultural de análise dos *frames* em textos midiáticos, “que olha para os enquadramentos como construções abstratas, que estão ligadas a formas mais amplas de pensamentos presentes na sociedade” (VIMIEIRO, 2010, p. 16).

4 De acordo com a ANJ (2016) a Gazeta do Povo ocupa posição 22 no ranking de jornais impressos com média de circulação de 36.341 exemplares e posição 16 na circulação digital com média de 4.938. Ressaltamos, porém, que desde o dia 1º de julho de 2017 a Gazeta do Povo circula apenas em suas plataformas digitais, no endereço gazetadopovo.com.br e em seu aplicativo para tablets e smartphones, tendo apenas uma edição semanal impressa.

Planos de Educação

Ao examinar o histórico dos planos de educação no Brasil, verifica-se que o processo de elaboração, debate e aprovação dos mesmos sempre foi marcado por muita disputa e conflito na esfera pública, ou seja, entre setores organizados da sociedade civil, e entre estes e a esfera política institucional (SAVIANI, 2010; HERMIDA, 2006).

Em 2009, com a aproximação do final da vigência do PNE 2001-2010 e com as análises de ausência do cumprimento das metas (AGUIAR, 2010), o MEC convocou a Conferência Nacional de Educação (CONAE) para o ano de 2010 (MEC, 2008). Com a definição do tema central: ‘Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação’, a Comissão Organizadora, após ampla discussão, elaborou o ‘Documento-Referência’. As etapas preparatórias e a CONAE 2010 foram o espaço estabelecido para o debate de um novo PNE para o período de 2011 a 2020 com a participação significativa de professores, trabalhadores da educação, estudantes, mães e pais, gestores, dirigentes, demais atores e atrizes sociais e todas as pessoas que se preocupam com a educação, seja através de entidades da sociedade civil organizada ou pelo compromisso pessoal (CONAE, 2011).

Grande parte das emendas apresentadas e debatidas para o ‘Documento-Referência’, nas etapas preparatórias e na CONAE 2010, está relacionada às questões de gênero e de diversidade sexual. Questões que geraram conflitos políticos e pedagógicos protagonizados de um lado pelos movimentos feministas, LGBT, setores da educação e outros movimentos sociais progressistas, e do outro por movimentos católicos, evangélicos e conservadores. Estes fatos marcam por um lado a preocupação de pessoas que veem a relação dialética entre a concepção de sociedade e a de educação (FONTES, 2011), e por outro o momento em que o sintagma “ideologia de gênero” no viés conservador ganha destaque na esfera pública.

O ‘Documento-Final’ formulado na CONAE 2010 é o resultado de discussões que aconteceram em todo o país, expressando a visão dos participantes para a política educacional almejada como política pública de Estado. No dia 20 de dezembro de 2010, ele foi entregue à Câmara de Deputados para votação, mas assim como o histórico apresentado dos outros planos de educação, passou por muito debate e recebeu muitas emendas da esfera política até ser sancionado no dia 25 de junho de 2014. O documento estabeleceu como prazo final para elaboração

ou adequação dos PEEs e PMEs o dia 24 de junho de 2015, devendo “ser construídos e aprovados em consonância com o PNE” (PNE EM MOVIMENTO, 2015). Destacamos que este será o recorte temporal da pesquisa, mas considerando que muitos planos, principalmente os municipais, tiveram sua aprovação final apenas em 2016, consideraremos, então, o período de 2010 a 2016.

As polêmicas sobre as questões de gênero e diversidade sexual, denominadas pela Câmara dos Deputados como a “mais ruidosa polêmica” (BRASIL, 2014, p. 22), se repetiram nas emendas feitas ao PNE, e nos debates dos PEEs e PMEs. Assim como nas conferências preparatórias para a CONAE 2014 durante o ano de 2013, e a própria Conferência no final de 2014, principalmente focadas no ‘Eixo II do Documento-Referência’, denominado “Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos” (CONAE, 2013).

Com base nestas polêmicas, nos questionamos: Por que as disputas discursivas, que estavam sendo travadas sobre estes temas, tiveram um viés nas conferências e no documento final do PNE, e outro na aprovação das leis referentes aos planos de educação? Se o objetivo das conferências, dos planos de educação e da política educacional divulgados tem sido a inclusão, igualdade e diversidade, suprimir estes debates não vai contra a proposta?

“Ideologia de gênero”

Com o avanço dos estudos de gênero e diversidade sexual na década de 1970, sua popularização em conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) e utilizações mais frequentes pelos movimentos sociais a partir da década de 1990, movimentos cristãos e conservadores se organizaram na denúncia destes debates na sociedade e principalmente na educação. Este movimento (primeiramente de católicos e depois de evangélicos e conservadores) se organizou no combate do que denominaram de “ideologia de gênero”.

Primeiramente, é importante salientar que o conceito sociológico de ideologia de gênero não é uma formulação atual. O termo considera não apenas o reflexo das estruturas econômicas e sociais, mas o “reconhecimento crucial da necessidade de compreender ‘o vínculo’ complexo ‘entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente’” (SCOTT, 1995, p. 79). Foi elaborado

(...) com o intuito de permitir identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens (...) [são representações] de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, assim como esta polêmica (...) ‘teoria/ideologia do *gender*’ (JUNQUEIRA, 2016, p. 230).

Destacamos como alguns pontos em comum do discurso da denominada “ideologia de gênero” a defesa da família heterossexual e o direito das crianças a esse convívio; a defesa da vida e a ofensiva contra o avanço de políticas sexuais seja na “ampliação dos direitos das mulheres e da população LGBT, seja lutando contra direitos já conquistados por esses grupos” (SOUZA, 2014, p. 190). Assim como, o combate à educação sexual e a prioridade da família nesta temática com “ataques aos currículos escolares e à liberdade docente, em nome do ‘direito a uma escola não-ideológica’ ou a uma ‘escola sem gênero’⁵” (JUNQUEIRA, 2016, p. 243)

Análise

Optamos por utilizar a Análise de Enquadramento, “uma ampla corrente de estudo (...) [e] pesquisas sobre debates de temas públicos que ganham expressão midiática” (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 236). Como afirma Souza (2016), as teorias do agendamento e enquadramento dão início à problematização do paradigma dos efeitos, pois, favorecem o olhar sobre as disputas pelo poder que perpassam as diversas esferas da sociedade.

Entre as diversas teorias sobre enquadramento midiático, identificam-se trabalhos que se distinguem em uma abordagem “mais restrita, individualizada, textual e trabalhos que optam por uma perspectiva mais ampla, substantiva, abstrata, cultural” (VIMIEIRO, 2010, p. 62). Esta segunda perspectiva será nosso foco na análise, por permitir um olhar cultural dos sentidos compartilhados socialmente do *frame*, para além de fazer apenas análises de estruturação da informação. É impor-

5 No Brasil, esta pauta passa a se organizar em 2004 com a defesa do Projeto Escola Sem Partido, “movimento criado com a intenção de defender uma escola ‘sem interferências políticas’. Busca-se defender a escola de ‘doutrinações partidárias e ideológicas’ (...) [atacando] o livre pensamento, a liberdade de pensamento e do exercício da profissão, o pensamento crítico e a pluralidade como princípios democráticos” (AMARO, 2016, p. 1).

tante ressaltar que partimos da compreensão de que o enquadramento não gera o mesmo efeito em todas as pessoas. Mesmo produzindo efeitos em grande parte das pessoas, não é possível generalizar este fenômeno a todos que consomem o material produzido pelos meios de comunicação como universal (PORTO, 2002).

Como nos aponta Butler (2016, p. 26), esta é uma “maneira diferente de compreender tanto a eficácia do enquadramento quanto sua vulnerabilidade à reversão, à subversão e mesmo à instrumentalização crítica”. Ao se olhar para os enquadramentos como construções culturais, busca-se as relações sociais e interpretações coletivas associadas às realidades vivenciadas dos grupos que estão em disputa na sociedade, acionadas em determinados contextos onde a comunicação acontece. A dimensão cultural é então essencial para se analisar os conflitos por hegemonia e as resistências contra hegemônicas e, portanto, fundamental em nossa análise das disputas discursivas (SOUZA, 2016). Seja por apresentar enquadramentos normativos conservadores, ou por apresentar as relações de poder envolvendo atores em busca de reconhecimento e identidade.

A compreensão de que estas disputas são marcadas por eventos cotidianos, culturais e midiáticos, que têm como fontes de poder a relação com uma multiplicidade de ações e vivências por diferentes públicos está presente nos Estudos Culturais Ingleses e nos estudos de ‘Midias-culturas’. Para estas duas vertentes de análise dos processos comunicativos a interação entre as práticas cotidianas de sujeitos e sua capacidade reflexiva na apropriação dos conteúdos da Indústria Cultural deve ser pensada afora a ideia de reprodução da dominação econômica. Devem ser consideradas outras formas de consumo e produção cultural que podem ser informadas por diversas identidades: gênero, sexualidade, raça, etnia, entre outras (SOUZA, 2016).

Como os enquadramentos no site da Gazeta do Povo conotam as disputas discursivas a respeito das questões de gênero e diversidade sexual sobre os planos de educação? Aqui, nos interessa entender como as disputas discursivas por reconhecimento da diversidade e identidades presentes na sociedade ganhou determinados desenhos e vieses na cobertura.

O *corpus* do trabalho é composto por 54 produções da Gazeta do Povo, sendo oito artigos de opinião, seis postagens em blogs do jornal, dois editoriais e 38 notícias do período de 2010 a 2016.

Enfatizamos que nossa escolha objetiva destacar as lutas por hegemonia e resistências contra-hegemônicas, mobilizando as dimensões

discursiva e performática do poder (SOUZA, 2016). Neste sentido, optamos por considerar como níveis de análise de elementos, representando cada dimensão de poder selecionada. As duas formas de expressão identificadas nos aspectos da expressão da teoria dos atos de fala (*constativo* e *performativo*). Estes níveis servirão para encontrar elementos nas produções e agrupá-los com base em padrões de semelhanças e diferenças, e assim identificarmos os *frames*, através de seu método associativo de atuação (VIMIEIRO, 2010).

Neste artigo iremos analisar apenas o nível *constativo*, no qual abordaremos o aspecto locucionário (o que é dito), tendo como referência a dimensão discursiva-hermenêutica do poder. A partir das representações textuais e visuais existentes nas produções jornalísticas, identificamos os seguintes elementos: 1. Tipo de produção: Opinativa ou Informativa; 2. Tópico: Assunto principal de cada produção; 3. Rubrica: Título e subtítulo da seção do jornal em que a produção foi veiculada; 4. Autoria: Gênero de autoria da produção, com distinção entre jornalistas e convidadas(os), 5. Ícones: Multimedialidade (boxes e outras representações não textuais); 6. Atores: Individuais e coletivos citados nas produções; 7. Agentes: Instituições, movimentos ou órgãos citados nas produções; 8. Termos: Referentes a gênero e Diversidade Sexual (DS). Para maiores detalhes sobre a construção dos elementos e acesso a tabela de notícias informamos que a pesquisa completa está disponível no link <https://goo.gl/rEuAsc>.

Na análise obtivemos quanto ao tipo 38 produções informativas (70%) e 16 opinativas (30%), tendo o jornal tratado da questão em dois editoriais. O principal tópico das produções refere-se às questões de gênero e DS (67%), sendo 52% sobre as polêmicas envolvendo estas temáticas nos planos de educação e 13% fora deles. As 'outras temáticas' que não têm como foco 'gênero e diversidade' correspondem a 33% das produções (18), sendo 15% de referências à tramitação dos planos sem a especificação em um tema (8).

Quanto à seção de veiculação, destacamos que todas as produções utilizam título e subtítulo e têm uma diversidade de tipos de rubricas verificadas sendo: 33% de identificação do caderno onde foi publicada, 22% sobre as divergências nos planos de educação, 19% sobre educação, 17% sobre espaços e ações do legislativo e executivo, e 9% sobre os planos de educação. O jornal opta em seus subtítulos por termos performativos que em parte instigam curiosidade e em parte mostram jul-

gamento sobre os temas, como: debate, depois de protestos, discussão, polêmica, ‘saia justa’, etc.

No mapeamento das autorias das produções identificamos que 35 foram feitas por jornalistas (65%), oito por pessoas convidadas (15%) e 10 não tinham autoria (19%). Sem contabilizar os dados sem autoria, verificamos que 27 produções tiveram autoria e/ou coautoria masculina (61%) e 23 feminina (52%). Frisamos ainda que das 10 produções sem indicação de autoria, duas são os editoriais: “A blindagem da teoria de gênero” (14 GP⁶) e “Educação e teoria de gênero” (28 GP⁷); e as outras oito são notícias, sendo duas veiculadas na seção ‘Vida Pública’ e as outras seis na seção ‘Vida e Cidadania’.

Ao ler os editoriais, verificamos que muitos dos argumentos utilizados nos textos são os mesmos expostos em artigos de opinião publicados em datas anteriores a eles por pessoas ‘contrárias’. Os dois editoriais assumem posicionamentos contrários às temáticas de gênero ao entenderem que impedir a crítica a estas abordagens seria o mesmo que ‘tolher’ a liberdade de expressão. Também destacamos no artigo 12 GP⁸, a apropriação feita pelo termo ‘politicamente correto’ como um movimento que ao ‘louvar’ a diversidade, não inclui o cristianismo em seu conjunto, combinado ao fato de que isso não faria parte dos ‘direitos humanos’.

Ao analisar o uso de recursos de multimídia, verificamos ocorrências em todos os itens. O item mais utilizado foram as fotos que apareceram em 15 produções (28%), tendo duas notícias apresentado um carrossel de fotos, “Manifestações marcam discussão do Plano Municipal de Educação na Câmara” (31 GP⁹) com sete fotos e “Crianças fazem caminhada em prol da família” (38 GP¹⁰) com 13 fotos. O segundo item de maior ocorrência foram os boxes verificados em seis notícias (11%). Destas notícias três apresentaram apenas um box: “Check list” (10 GP¹¹), “OAB-PR avaliará planos para, talvez, questioná-los em juízo” (32 GP¹²)

6 Editorial de 27/12/2014, disponível em <<https://goo.gl/N48AfN>>.

7 Editorial de 21/06/2015, disponível em <<https://goo.gl/0SuCg7>>.

8 Artigo “O cristianismo é uma invenção de cérebros doentes” de 20/11/2014, disponível em <<https://goo.gl/1Q3qvA>>.

9 Notícia de 22/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/9j41nQ>>.

10 Notícia de 27/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/g3kj2V>>.

11 Notícia “Guerra dos sexos na hora da chamada” de 17/08/2014, disponível em <<http://goo.gl/dIt8Et>>.

12 Notícia “Deputados restringem investimento em educação no Paraná” de 22/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/r33Ssg>>.

e “Cala a boca, menina” (37 GP¹³); a matéria 18 GP¹⁴ apresentou dois boxes, “A polêmica” e “Veredores adiam discussão sobre o tema” e na 17 GP¹⁵ encontramos seis boxes. Destes seis boxes, dois eram citações de pessoas que participaram das manifestações, sendo um contra e outro a favor das temáticas, e os outros quatro com as seguintes denominações: “Confusão em torno do termo começou há vinte anos, na ONU”, “Manipulação”, “Ideólogas, não” e “Conflito com neurociências levou à crise de credibilidade”. Este último box também abriga a única ocorrência de vídeo encontrada nas produções da Gazeta e se refere a primeira parte, de sete, de um documentário norueguês chamado “Lavagem Cerebral”. O vídeo, criado pelo ator e sociólogo Harald Eia e coproduzido por Ole-Martin Ihle, de acordo com as palavras da Gazeta (17 GP), “abalou a credibilidade dos teóricos de gênero nos países escandinavos (...) [e] gerou um intenso debate público sobre o assunto no país”.

Tabela 1: Ocorrência do elemento ícones na Gazeta do Povo

Ocorrência nas produções	Não	Sim	Quantidade	Sem ocorrências iguais
5.1. Foto	39	15	36	35
5.2. Imagem	52	2	2	2
5.3. Infográfico	52	2	3	3
5.4. Vídeo	53	1	1	1
5.5. Box	48	6	13	0
Total			55	41

Fonte: elaboração dos autores.

Ao cruzar os resultados de vários elementos, conferimos que referências a este documentário, bem como sobre a repercussão que ele causou (corte de financiamento do Instituto Nórdico de Gênero), foram usados em três produções. Na 17 GP, citada acima, na qual o vídeo foi colocado na notícia, e nos dois editoriais. Em um deles ao falar sobre a votação dos PEEs e PMEs a Gazeta diz: “observa-se uma tentativa de impor aos estudantes teorias controversas e carentes de fundamentação científica” (28 GP), além de também fazer vasto uso de expressões performativas como ‘o que está em jogo’ e ‘virada de mesa’.

Na classificação de atores nas produções, 426 se enquadraram como ‘indefinidos’ e não identificamos nenhum que se enquadrasse como ‘fa-

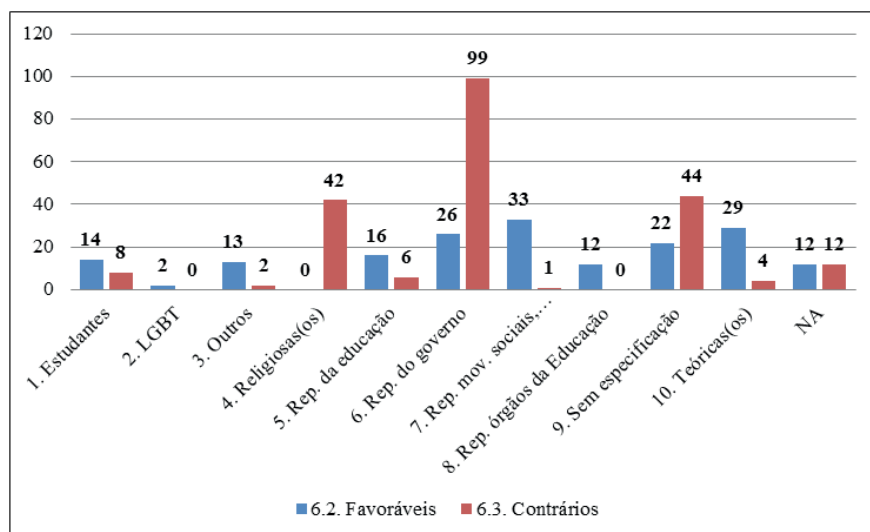
13 Notícia “Vídeos proibidos na Assembleia Legislativa” de 23/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/yljKE5>>.

14 Notícia “Alep vota plano de educação que divide opiniões” de 15/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/sfGHuU>>.

15 Notícia “O que é ‘ideologia de gênero?’” de 13/06/2015, disponível em <<http://goo.gl/iwvzOE>>.

vorável' e 'contrário' em 22% delas. Nos posicionamentos 'favoráveis' e 'contrários' encontramos, respectivamente, 167 e 206 personagens que detalhamos por campos de atuação, retirando os dados referentes a pessoas 'sem especificação' e 'outros'. Verificamos a maior incidência de pessoas 'a favor' nos representantes dos movimentos sociais, da Defensoria Pública, da OAB, da ONU e de seus órgãos 20%, seguido de 17% de teóricos e 16% de representantes do governo (executivo, legislativo e ministérios). Com 10% ou menos de ocorrência estão os representantes da educação (10%), estudantes (8%), representantes de órgãos da educação (7%) e pessoas LGBT (1%). Com o posicionamento 'contra' as questões de gênero e DS temos o maior número de ocorrências entre os representantes do governo (48%), seguido de pessoas religiosas (20%). As outras personagens contrárias são estudantes (4%), representantes da educação (3%) e teóricas(os) (2%).

Gráfico 1: Atores da Gazeta do Povo



Fonte: elaboração dos autores.

Dos agentes catalogados, 259 se enquadraram como 'indefinidos', e em 43% das produções nenhum agente 'favorável' foi citado e em 20% nenhum 'contrário'. Retirando as entidades, instituições, movimentos sociais, órgãos, entre outros, classificados como 'sem especificação' ou 'outros', detalhamos os campos de atuação de agentes 'contra' e 'a favor'. Dentro destes dois posicionamentos não identificamos nenhuma ocor-

rência de agentes categorizados como LGBT, entidades de pesquisa, instituições de ensino e mídia. Entre os agentes ‘favoráveis’ 52% estão relacionados aos movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, partidos políticos, ONU e seus órgãos; 31% a órgãos de educação e 10% ao governo. Dos ‘contrários’ temos 58% de agentes do governo, 25% religiosos e 3% fazendo parte do grupo denominado como ‘movimentos sociais’.

Vemos que as personagens e agentes ‘contrários’ se concentram basicamente em três campos: governo, religioso e sem especificação. Por sua vez, os parlamentares do legislativo, também citados, são associados a entidades religiosas. Entre os ‘favoráveis’, observamos ocorrências em uma maior diversidade de campos de atuação, com destaque para as participações ligadas à educação. Neste caso, tanto na figura de estudantes e profissionais da educação que vivenciam a realidade do ambiente escolar, de órgãos como o MEC, secretarias e conselhos de educação, quanto de instâncias de maior participação como as CONAEs, que agregam diferentes participações: movimentos sociais da diversidade sexual, de gênero, jurídicos, sindicatos, ligados à infância e a educação, entre outros. Outro dado importante é o de representantes do governo favoráveis que estão associados à educação ou à luta das questões de gênero e diversidade.

Quanto aos termos utilizados identificamos 532 ‘científicos e/ou politicamente corretos’ (86%) e 84 ‘cunhados por setores conservadores/religiosos e expressões contrárias ao debate de gênero e DS, e/ou politicamente incorretos’ (14%). Dos termos considerados ‘incorretos’, 67% correspondem ao sintagma ideologia de gênero(s) ou a variação “a chamada ‘ideologia de gênero’” (56). Os outros 33% são as expressões: conceitos sexuais, diversidade de experiências sexuais, educação de ‘vanguarda’ sexual, ‘fora, gênero’, ‘gênero não’ (10), homossexualismo (4), ideólogos de gênero, igualdade de sexo, kits gays, opção de gênero, professora da ‘liberdade’ sexual, projetos do gênero, sexo cerebral, sexualização precoce, suposta ‘diversidade sexual’ e teóricos da ‘ideologia de gênero’.

Após a apresentação e análise dos dados, podemos afirmar que a Gazeta do Povo apresenta uma postura conservadora diante das disputas discursivas que aconteceram nos planos de educação envolvendo as questões de gênero e diversidade sexual. O jornal oportuniza espaço para artigos, colunas e postagens em blogs do jornal contrários às temáticas e assumiu esta posição em dois editoriais. A Gazeta tem uma grande presença de elementos performativos contrários, questão percebida

no uso de boxes pelo jornal com argumentos ‘contrários’ ou com o realce de frases feministas consideradas de ‘impacto negativo’ na sociedade.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar os enquadramentos presentes na cobertura jornalística do site da Gazeta do Povo a respeito das disputas discursivas motivadas por posicionamentos contrários e favoráveis à presença de conteúdos de gênero e diversidade sexual nos planos de educação.

Apresentamos os dados selecionados da Gazeta do Povo, utilizados para atingir nossos objetivos específicos de: analisar os elementos das coberturas jornalísticas para verificar quais quadros e vieses foram mobilizadas pelos diferentes agentes e pelo próprio jornal; e verificar como o enquadramento do periódico reflete e atua sobre as disputas discursivas, suas tensões e nuances. Expusemos os resultados da análise dos elementos organizadores de forças sociais e do poder político no ‘jogo democrático’ no nível *constativo*.

Concluimos que a Gazeta teve uma postura conservadora ao assumir o posicionamento contrário às temáticas em seus editoriais e notícias, e também por optar dar maior visibilidade aos artigos com esta opinião. Verificamos que nossa hipótese de que a visão dos grupos contrários à inclusão dos temas de gênero e DS nos planos de educação foi privilegiada pela cobertura jornalística se mostrou em parte verdadeira.

Ressaltamos que este resultado se refere às escolhas epistemológicas feitas neste trabalho como as consideradas por nós mais adequadas para nosso objeto e para identificar construções discursivas e as performances correspondentes que disputam espaço no social. Acreditamos ainda que este trabalho aponta caminhos possíveis na verificação de disputas discursivas ao sugerir uma ferramenta metodológica e a possibilidade de ajustá-la de acordo com o objeto estudado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia A. S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões para reflexão.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 31, nº 112, 2010. P. 707-727.

AMARO, Ivan. **A escola no armário: o apagamento das relações de gênero e das sexualidades no PNE e nos Planos Municipais de Educação.** Anais eletrônicos do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidades e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. Vitória: UFES, 2016.

ANJ, Associação Nacional de Jornais. **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <<https://goo.gl/RrwTqK>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVI, Emerson U. **Eleições municipais nas primeiras páginas dos jornais diários: Comparação entre produção jornalística em periódicos de municípios com conjunturas políticas diferentes e seus efeitos para a democracia de massa**. Brazilian Journalism Research (versão em português), vol. 5, nº 1, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/JW2Uqb>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CONAE. **Anais da Conae 2010. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. Brasília: MEC, vol. 1, 2011.

_____. **Conae 2014: documento – referência**. Brasília: MEC, Secretaria Executiva Adjunta, 2013.

FONTES, Filipe C. **O interacionismo simbólico: implicações para o processo e prática educacional**. Revista Plures Humanidades, Ribeirão Preto, nº 15, ano 12, 2011. P. 141-154.

HERMIDA, Jorge F. **O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001**. Educar em Revista [online], Editora UFPR, Curitiba, nº 27, 2006. P. 239-258.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Márcia Alves da (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. Perse, São Paulo, 2016. P. 229-245.

MEC, Ministério da Educação. **Portaria Ministerial nº 10/2008**. Disponível em: <<https://goo.gl/eEYitD>>. Acesso em: 23 set. 2015.

PNE EM MOVIMENTO. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Caxambu: Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/9fLQRb>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Organização da educação nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum de Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 31, nº 112, 2010. P. 769-787.

SCOTT, Joan W. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 2, nº 2, 1995. P. 71-99.

SILVA, Ítalo B.; SILVA, Ed F. **Aspectos históricos dos Planos Nacionais de Educação do Brasil: da década de 30 à de 80.** Holos, ano 22, 2006. P. 19-25.

SOARES, Maria da C. S.; FRANGELLA, Rita de C. **Micro e macropolítica de currículo, (des)construção de identidades e produção de diferenças: múltiplas perspectivas de abordagem.** Currículo sem Fronteiras, vol. 15, nº 3, 2015. P. 567-574.

SOUZA, Nelson R. Poder e Comunicação. In: PERISSINOTTO, Renato; LACERDA, Gustavo B.; SZWAKO, José (orgs.). **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria.** Curitiba: Editora Appris, 2016.

SOUZA, Sandra D. **“Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira.** Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, vol. 28, nº 2, 2014. P. 188-204.

VIMIEIRO, Ana C. S. C. **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008).** Belo Horizonte: UFMG, Dissertação em Comunicação Social, 2010.

VIMIEIRO, Ana C. S. C.; MAIA, Rousiley C. M. **Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais.** Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, vol. 18, nº 1, 2011. P. 235-252.